

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)		SALDO (d) =(c-b)	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.877.433.993,29</b>		<b>-287.072.212,71</b>	
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.901.253.206,00	2.901.253.206,00	2.516.564.656,13		-384.688.549,87	
RECEITA PATRIMONIAL	177.974.000,00	177.974.000,00	339.347.258,09		161.373.258,09	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITA DE SERVICOS	75.510.000,00	75.510.000,00	290.045,07		-75.219.954,93	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.769.000,00	9.769.000,00	21.232.034,00		11.463.034,00	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00		0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00	
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
<b>Subtotal das receitas (I)</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.877.433.993,29</b>		<b>-287.072.212,71</b>	
<b>Refinanciamento (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00		0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00		0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00		0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00		0,00	
<b>Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.877.433.993,29</b>		<b>-287.072.212,71</b>	
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00	
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.877.433.993,29</b>		<b>-287.072.212,71</b>	
SALDOS EXERC. ANTERIORES (UTILIZADOS P/ CRÉD. ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00		-	
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00		-	
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00		-	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.685.361.206,00</b>	<b>2.686.151.206,00</b>	<b>2.393.752.674,77</b>	<b>2.393.373.413,72</b>	<b>2.390.220.909,20</b>	<b>292.398.531,23</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.642.262.206,00	2.642.262.206,00	2.357.620.971,91	2.357.620.971,91	2.357.593.972,86	284.641.234,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	748.000,00	1.388.000,00	1.173.986,83	1.173.986,83	1.173.986,83	214.013,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.351.000,00	42.501.000,00	34.957.716,03	34.578.454,98	31.452.949,51	7.543.283,97
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.787.000,00</b>	<b>13.997.000,00</b>	<b>3.741.292,11</b>	<b>3.617.864,96</b>	<b>3.617.864,96</b>	<b>10.255.707,89</b>
INVESTIMENTOS	10.513.000,00	10.513.000,00	257.393,19	133.966,04	133.966,04	10.255.606,81
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.274.000,00	3.484.000,00	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92	101,08
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>464.358.000,00</b>	<b>464.358.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>464.358.000,00</b>
<b>Subtotal das Despesas (VI)</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.397.493.966,88</b>	<b>2.396.991.278,68</b>	<b>2.393.838.774,16</b>	<b>767.012.239,12</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.397.493.966,88</b>	<b>2.396.991.278,68</b>	<b>2.393.838.774,16</b>	<b>767.012.239,12</b>
Superávit (IX)	0,00	0,00	479.940.026,41	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VIII+IX)</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>3.164.506.206,00</b>	<b>2.877.433.993,29</b>	<b>2.396.991.278,68</b>	<b>2.393.838.774,16</b>	<b>767.012.239,12</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>						
DESPESAS CORRENTES	17,16	1.076.723,69	459.062,01	459.062,01	617.678,84	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	300.557,16	0,00	0,00	300.557,16	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17,16	776.166,53	459.062,01	459.062,01	317.121,68	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	90.074,57	63.279,00	63.279,00	26.795,57	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	90.074,57	63.279,00	63.279,00	26.795,57	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>17,16</b>	<b>1.166.798,26</b>	<b>522.341,01</b>	<b>522.341,01</b>	<b>644.474,41</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</b>					
DESPESAS CORRENTES	8.337,08	2.872.113,49	2.871.926,82	8.337,08	186,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	21.660,06	21.660,06	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.337,08	2.850.453,43	2.850.266,76	8.337,08	186,67
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.337,08</b>	<b>2.872.113,49</b>	<b>2.871.926,82</b>	<b>8.337,08</b>	<b>186,67</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BALANÇO FINANCEIRO

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

Table with columns: INGRESSOS, DISPÊNDIOS, ESPECIFICAÇÃO, EXERCÍCIO ATUAL, EXERCÍCIO ANTERIOR. Rows include RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I), RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II), RECEBIMENTO EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (III), SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV), and TOTAL (V).

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Advertisement for the Official Press of the State of Espírito Santo. Includes the logo 'IMPRESA OFICIAL/ES', the slogan 'Efetividade, transparência, responsabilidade e qualidade. Tudo em um só lugar.', and contact information for the Department of Official Press.

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## BALANÇO PATRIMONIAL

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até 14/2016

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.656,73	58.719,28	Obrigações Trab, Previd. e Assist. a CP	5.199.478,17	4.441.864,10
Créditos a Curto Prazo	1.252.359,52	2.136.878,39	Empréstimos e Financiamentos a CP	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	140.564.498,19	536.673.204,49	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	376.614,16	51.608,14
Estoques	97.018,35	95.397,22	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.884.104,52	2.791.828,72
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Provisões a CP	0,00	0,00
			Demais Obrigações a CP	4.771.842,91	2.292.458,57
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>141.946.532,79</b>	<b>538.964.199,38</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>13.232.039,76</b>	<b>9.577.759,53</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a Longo Prazo	217.071,07	1.398.403.736,71	Obrigações Trab, Previd. e Assist. a LP	70.155.859,25	68.883.461,79
Créditos a longo prazo	194.351,96	334.882,90	Empréstimos e Financiamentos de LP	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	22.719,11	1.398.068.853,81	Fornecedores e contas a pagar a LP	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Provisões a LP	1.271.535.025,19	892.019.610,42
Investimentos	2.473.140.053,86	0,00	Demais Obrigações de LP	0,00	0,00
Imobilizado	5.362.429,78	5.241.980,32	Resultado Diferido	0,00	0,00
Intangível	705.688,76	628.893,18			
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>2.479.425.243,47</b>	<b>1.404.274.610,21</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.341.690.884,44</b>	<b>960.903.072,21</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Patrimônio Social/Capital Social	0,00	0,00
			Adiant. Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
			Reservas de Capital	0,00	0,00
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de Lucros	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.266.448.852,06	972.757.977,85
			Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.266.448.852,06</b>	<b>972.757.977,85</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.621.371.776,26</b>	<b>1.943.238.809,59</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.621.371.776,26</b>	<b>1.943.238.809,59</b>
<b>ATIVO (I)</b>			<b>PASSIVO (II)</b>		
ATIVO FINANCEIRO	2.614.102.732,91	1.935.123.232,83	PASSIVO FINANCEIRO	4.191.088,27	4.688.775,72
ATIVO PERMANENTE	7.269.043,35	8.115.576,76	PASSIVO PERMANENTE	1.351.063.207,22	966.958.871,44
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.621.371.776,26</b>	<b>1.943.238.809,59</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.355.254.295,49</b>	<b>971.647.647,16</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.266.117.480,77</b>	<b>971.591.162,43</b>
<b>COMPENSAÇÕES</b>			<b>COMPENSAÇÕES</b>		
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	97.646,76	89.310,37	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	39.842,85	39.842,85	Obrigações Contratuais	1.957.781,70	1.519.362,32
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>137.489,61</b>	<b>129.153,22</b>	<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.957.781,70</b>	<b>1.519.362,32</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO**

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERC. ANTERIOR
<b>FONTES DE RECURSOS</b>		
<b>000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS</b>	0,00	0,00
<b>101 - RECURSOS ORDINÁRIOS</b>	0,00	0,00
<b>271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO</b>	2.609.911.644,64	1.930.434.457,11
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>2.609.911.644,64</b>	<b>1.930.434.457,11</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES



## Visitar o Palácio Anchieta é fazer uma viagem pela história do Espírito Santo.





**PALÁCIO ANCHIETA**  
*Patrimônio Capixaba*



**Horários de visitação:**  
De terça a sábado: 10h às 17h. Domingo: 10h às 16h (visitas agendadas).  
Escolas e grupos: de terça a domingo (previamente agendadas).  
*Agendamento: de segunda a sexta, das 8h às 18h,*  
*pelo tel.: (27) 3636-1032 ou*  
*pelo e-mail: agendamento@seg.es.gov.br*

**Endereço:**  
Praça João Clímaco, s/n  
Cidade Alta - Centro  
Vitória - Espírito Santo

[www.palacioanchieta.es.gov.br](http://www.palacioanchieta.es.gov.br)

CONTEMPORANEA



Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Março de 2017.

29

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**  
 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS</b>	<b>3.158.704.033,40</b>	<b>2.867.569.618,23</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	945.600.357,63	956.132.183,76
Contribuições Sociais	945.600.357,63	956.132.183,76
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	290.045,07	275.601,76
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços	290.045,07	275.601,76
VPA - Financeiras	339.805.085,57	215.386.387,23
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	457.827,48	384.984,74
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	339.347.258,09	215.001.402,49
Transferências e Delegações Recebidas	1.847.825.830,94	1.672.861.440,01
Transferências Intra Governamentais	1.847.825.830,94	1.672.861.440,01
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	11.879,59	212.615,78
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com incorporação de Ativos	3.542,51	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	8.337,08	212.615,78
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	25.170.834,60	22.701.389,69
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	5.068.313,81	7.835.491,79
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	20.102.520,79	14.865.897,90
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>3.158.704.033,40</b>	<b>2.867.569.618,23</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.818.204.958,69</b>	<b>2.369.528.334,91</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.346.185,60	11.995.995,97
Remuneração a Pessoal	9.473.442,66	10.147.951,83
Encargos Patronais	1.692.498,75	1.706.867,78
Benefícios a Pessoal	149.177,09	141.176,36
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	31.067,10	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.338.255.276,97	2.199.181.215,72
Aposentadoria e Reformas	1.914.830.469,47	1.783.805.529,05
Pensões	423.077.708,40	415.253.147,27
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	347.099,10	122.539,40
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.464.658,71	6.026.567,42
Uso de Material de Consumo	66.025,16	197.776,82
Serviços	6.398.633,55	5.828.790,60
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
VPD - Financeiras	7.949.575,13	7.749.395,82
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	298,88	3.631,29
Variações Monetárias e Cambiais	7.927.769,46	2.488,70
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	21.506,79	7.743.275,83
Transferências e Delegações Concedidas	88.033.553,37	99.527.002,28
Transferências Intra Governamentais	88.033.553,37	99.527.002,28
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências para Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.286.393,70	10.359.197,62
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.891.962,09	10.151.557,18
Perdas com alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	13.543,87
Desincorporação de Ativos	394.431,61	194.096,57
Tributárias	28.481.144,13	28.278.356,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.085,96	6.708,36
Contribuições	28.476.058,17	28.271.648,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	335.388.171,08	6.410.603,40
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Constituição das Provisões	332.690.013,98	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.698.157,10	6.410.603,40
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>2.818.204.958,69</b>	<b>2.369.528.334,91</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>340.499.074,71</b>	<b>498.041.283,32</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até 14/2016

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldos Iniciais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>972.757.977,85</b>	<b>0,00</b>	<b>972.757.977,85</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.808.200,50	0,00	-46.808.200,50
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.499.074,71	0,00	340.499.074,71
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos Finais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.266.448.852,06</b>	<b>0,00</b>	<b>1.266.448.852,06</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

# A LEITURA É O MELHOR CAMINHO PARA O CONHECIMENTO.

Biblioteca Pública  
do Espírito Santo  
3137-9351

[www.dio.es.gov.br](http://www.dio.es.gov.br)



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>3.784.432.882,81</b>	<b>3.454.319.705,25</b>
Receitas Derivadas e Originárias	2.877.433.993,29	2.583.736.006,34
Transferências correntes recebidas	274.760.508,12	274.279.294,90
Outros ingressos operacionais	632.238.381,40	596.304.404,01
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>3.104.972.482,77</b>	<b>2.943.973.380,41</b>
Pessoal e Demais Despesas	2.392.377.911,20	2.252.440.568,91
Juros e Encargos da Dívida	1.173.986,83	718.496,10
Transferências concedidas	79.050.663,29	92.574.151,94
Outros Desembolsos Operacionais	632.369.921,45	598.240.163,46
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)</b>	<b>679.460.400,04</b>	<b>510.346.324,84</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>5.068.313,81</b>	<b>7.835.491,79</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	5.068.313,81	7.835.491,79
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>2.089.207,13</b>	<b>10.264.370,40</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	197.245,04	112.813,22
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	1.891.962,09	10.151.557,18
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>	<b>2.979.106,68</b>	<b>-2.428.878,61</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>3.483.898,92</b>	<b>3.486.387,62</b>
Amortização/Refinanciamento da Dívida	3.483.898,92	3.486.387,62
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>	<b>-3.483.898,92</b>	<b>-3.486.387,62</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>678.955.607,80</b>	<b>504.431.058,61</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>678.955.607,80</b>	<b>504.431.058,61</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.934.781.600,98</b>	<b>1.430.350.542,37</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>2.613.737.208,78</b>	<b>1.934.781.600,98</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
<b>ANEXO 1 – QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
Acumulado até Dezembro/2016		
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
Receita Tributária	0,00	8,02
Receita de Contribuições	2.516.564.656,13	2.354.782.843,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	290.045,07	265.486,99
Remuneração das Disponibilidades	339.347.258,09	215.001.402,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias	21.232.034,00	13.686.265,84
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>2.877.433.993,29</b>	<b>2.583.736.006,34</b>
FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES		
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
<b>ANEXO 2 – QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
Acumulado até Dezembro/2016		
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	274.760.508,12	274.278.736,89
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Demais Transferências	0,00	558,01
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>274.760.508,12</b>	<b>274.279.294,90</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	79.050.663,29	92.574.151,94
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>79.050.663,29</b>	<b>92.574.151,94</b>
FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES		
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
<b>ANEXO 3 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
Acumulado até Dezembro/2016		
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
04 - ADMINISTRAÇÃO	3.328.010,38	40.658.995,71
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.388.596.598,51	2.207.485.046,22
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	453.302,31	4.296.526,98
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>2.392.377.911,20</b>	<b>2.252.440.568,91</b>
FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES		
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
<b>ANEXO 4 – QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
Acumulado até Dezembro/2016		
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.173.986,83	718.496,10
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>1.173.986,83</b>	<b>718.496,10</b>
FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO DE 2016**  
(Valores expressos em reais (R\$) exceto quando indicado de outras formas)

Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Março de 2017.

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa financeira e patrimonial em relação ao poder executivo, criado pela Lei nº 615, de 31 de dezembro de 1951, mais somente em 18 de dezembro de 1997, LC nº 109, foi instituído o sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Civis e Militares e seus dependentes, com o objetivo de conceder benefícios decorrentes do plano de programa único de previdência.

Em 2004, com a edição da Lei Complementar nº 282, passou garantir ao segurado a aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, e quanto ao beneficiário à pensão por morte e auxílio reclusão, unificou e reorganizou o Regime de Previdência dos servidores do Estado do Espírito Santo. Dentre as reorganizações, destaca-se a adoção da segregação de massas por meio da criação dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Art. 49.

Os recursos de que o IPAJM dispõe são oriundos das contribuições, servidor (11%) e patronal (22%), e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN e o definido na Política de Investimentos Anual, aprovada pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de carteiras de ativos, sendo separadas por Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Administração IPAJM. Para controle geral foi criada uma carteira consolidada, englobando os ativos de todas as carteiras, apenas para fins de relatórios gerenciais.

**2. PLANOS ADMINISTRADOS**

O IPAJM administra dois fundos de benefícios, com CNPJ's próprio, quais são:

**O Fundo Financeiro (FF)** destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual, aos aposentados e pensionistas que já recebiam benefícios previdenciários do Estado até 26/04/2004 (data de publicação da LC nº 282/2004), e aos seus respectivos dependentes.

**O Fundo Previdenciário (FP)** destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram ou que venham a ingressar no serviço público estadual a partir da referida data, e aos seus respectivos dependentes.

**2.1 PARTICIPANTES**

PODERES	FUNDO FINANCEIRO			PODERES	FUNDO PREVIDENCIÁRIO		
	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL		INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL
<b>TJES</b>	812	430	1242	<b>TJES</b>	7	4	11
<b>ALES</b>	152	73	225	<b>ALES</b>	0	0	0
<b>EXECUTIVO</b>	30051	5698	35749	<b>EXECUTIVO</b>	94	112	206
<b>TCEES</b>	116	37	153	<b>TCEES</b>	0	2	2
<b>MPES</b>	105	68	173	<b>MPES</b>	0	0	0
<b>TOTAL</b>	31236	6306	<b>37542</b>	<b>TOTAL</b>	101	118	<b>219</b>

Fonte: Avaliação Atuarial (DRAA 2017) - Data Base setembro/2016.

**3. BASE DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações contábeis do ES-Previdência foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES e estão apresentadas de forma consolidada, englobando o **IPAJM**, o **Fundo Financeiro** e o **Fundo Previdenciário**.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Inciso II do art. 53, da Lei 282, de 26 de abril de 2004, e alterada pela Lei Complementar 539, da Lei nº 9.717, de 27/11/1998 e da Portaria MPS nº 95, de 06 de março de 2007, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria MPS nº 916/2003. Observou, ainda, as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, as normas de finanças públicas da Lei nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e instruções normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa, ambas devidamente contidas na Lei Orçamentária Anual nº 10.492, de 18 de janeiro de 2016.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 - Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

O **Balanco Patrimonial** apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Instituto em 31 de dezembro de 2016. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos do Instituto no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Ainda demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

O **Balanco Orçamentário** demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais. A análise do Balanco Orçamentário é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal pelo impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

No **Balanco Financeiro**, os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Instituto durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial. A Lei nº 4.320/1964, em seu Anexo 15, estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extras orçamentárias (independentes da execução do orçamento). Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser

confundido com o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)**, facultativa para aos órgãos e entidades dos entes da Federação, que é um instrumento utilizado para evidenciação das variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente na evolução do patrimônio líquido.

A **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**, elaborada pelo método direto, evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa de curto prazo verificadas no exercício. Esta permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas notas explicativas constantes deste relatório.

### 3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário consolidado do exercício foi **superavitário em R\$ 479.940.026,41** e para melhor análise desse resultado detalharemos por unidade gestora:

**UG 600201 - IPAJM** - Unidade Gestora criada para administrar os Fundos Financeiros e Previdenciários. A sustentabilidade do IPAJM é proveniente do repasse feito pelos Fundos, de **até 1,5%** das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, denominada Taxa de Administração. Pelo Balanço Orçamentário apresentado abaixo, esta unidade gestora apresenta **DÉFICIT no valor de R\$ 54,9 milhões**.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>4.252.401,31</b>	<b>-73.413.598,69</b>
RECEITA PATRIMONIAL	2.141.000,00	2.141.000,00	3.788.242,00	1.647.242,00
RECEITA DE SERVIÇOS	75.510.000,00	75.510.000,00	290.045,07	-75.219.954,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00	15.000,00	174.114,24	159.114,24
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>4.252.401,31</b>	<b>-73.413.598,69</b>
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	54.986.288,60	0,00
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>59.238.689,91</b>	<b>-73.413.598,69</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-i)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>62.879.000,00</b>	<b>63.669.000,00</b>	<b>55.497.397,80</b>	<b>55.118.136,75</b>	<b>51.970.498,13</b>	<b>8.171.602,20</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.441.000,00	22.441.000,00	19.365.694,94	19.365.694,94	19.343.561,79	3.075.305,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	748.000,00	1.388.000,00	1.173.986,83	1.173.986,83	1.173.986,83	214.013,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.690.000,00	39.840.000,00	34.957.716,03	34.578.454,98	31.452.949,51	4.882.283,97
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.787.000,00</b>	<b>13.997.000,00</b>	<b>3.741.292,11</b>	<b>3.617.864,96</b>	<b>3.617.864,96</b>	<b>10.255.707,89</b>
INVESTIMENTOS	10.513.000,00	10.513.000,00	257.393,19	133.966,04	133.966,04	10.255.606,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.274.000,00	3.484.000,00	3.483.898,92	3.483.898,92	3.483.898,92	101,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>59.238.689,91</b>	<b>58.736.001,71</b>	<b>55.588.363,09</b>	<b>18.427.310,09</b>
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VIII+IX)</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>77.666.000,00</b>	<b>59.238.689,91</b>	<b>58.736.001,71</b>	<b>55.588.363,09</b>	<b>18.427.310,09</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

O déficit no balanço orçamentário está relacionado à taxa de administração repassada pelos fundos via interferência financeira (extra orçamentária) à conta contábil 451120300 - Sub-Repasse Recebido. Em 31/12/2016, esta conta totalizava recebimentos no valor de R\$ 59.852.698,02 e considerando as receitas realizadas com: rendimentos, restituições de consignatárias e recebimentos ou restituições diversas (R\$ 4.252.401,31), **totalizam o valor de R\$ 64.105.099,33** de disponibilidade que ingressaram nas contas do IPAJM para custeio/administração dos fundos previdência do Estado.

No decorrer de 2016, houveram descentralizações orçamentárias para atender despesas com a manutenção do SIARHES no valor de **R\$ 342.534,55**, apresentada na conta contábil 622220100 - Destaque Concedido, despesa esta executada e comprovada pelo PRODEST, processo nº 73470627. Assim, o total de despesa no exercício foi de R\$ 59.581.224,46, o que representa um **resultado financeiro do IPAJM no valor de R\$ 4.523.874,87** (R\$ 64.105.099,33 - R\$ 59.581.224,46).

Em 2016 não foram realizadas transferências de taxa de administração relativo a 3 meses (setembro, outubro e novembro), já que existia no IPAJM disponibilidade em caixa/aplicação suficiente para cobrir despesas para o restante do exercício. Quanto às despesas do IPAJM, abaixo apresentamos a composição bem como sua relevância em relação ao total:

Descrição das Principais Despesas	Total das Despesas Liquidadas e A Liquidar	Percentual
PASEP - Parcelamento - Receita Federal	4.657.885,75	7,82%
PASEP - Apuração Mensal - Receita Federal	28.476.902,80	47,80%
Pessoal e Encargos	10.747.677,96	18,04%
Aporte - Cobertura de Insuficiência Financeira	8.982.890,08	15,08%
Outras Despesas de Custeio	6.715.867,87	11,27%
<b>Total</b>	<b>59.581.224,46</b>	<b>100,00%</b>

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente, tais como: Complemento de recursos com aporte para cobertura de insuficiência financeira (R\$ 2,3 milhões) devido a pagamento de direitos adquiridos de servidores inativos em períodos anteriores, que o IPAJM reconheceu e regularizou (Processo nº 69747490); Transferência do valor (R\$ 640 mil) de juros a pagar sobre o parcelamento PASEP devido a previsão inicial ter sido feito indevidamente como sendo gasto com o pagamento do principal PASEP; e complemento de valor (R\$ 150 mil) para gastar com prestação de serviços - PJ, caso fosse necessário. Créditos suplementares realizados em conformidade com o Decreto 1051-S, publicado em 22/07/2016. Para o exercício de 2016, não foi necessário utilizar do instrumento de Crédito Adicional Especial para alteração de orçamento e por isto o IPAJM apresenta uma **economia de despesa** no valor de **R\$ 18.084.775,54**, considerando a descentralização orçamentária.

**UG 600210 - FUNDO FINANCEIRO** - Pelo Balanço Orçamentário apresentado abaixo, esta unidade gestora apresenta **DÉFICIT no valor de R\$ 131,7 milhões**.

Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Março de 2017.

35

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
600210 - FUNDO FINANCEIRO  
Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.200.438.841,83</b>	<b>-406.397.364,17</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.587.017.206,00	2.587.017.206,00	2.169.029.543,29	-417.987.662,71
RECEITA PATRIMONIAL	10.078.000,00	10.078.000,00	10.737.218,99	659.218,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.741.000,00	9.741.000,00	20.672.079,55	10.931.079,55
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal das receitas (I)</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.200.438.841,83</b>	<b>-406.397.364,17</b>
<b>Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.200.438.841,83</b>	<b>-406.397.364,17</b>
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	131.793.021,01	0,00
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>-406.397.364,17</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-i)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.226.996,94</b>	<b>274.604.343,16</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.604.736.206,00	2.604.736.206,00	2.332.231.862,84	2.332.231.862,84	2.332.226.996,94	272.504.343,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	2.100.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal das Despesas (VI)</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.226.996,94</b>	<b>274.604.343,16</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento (VIII) = (VI+VII)</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.226.996,94</b>	<b>274.604.343,16</b>
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VIII+IX)</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.606.836.206,00</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>2.332.226.996,94</b>	<b>274.604.343,16</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

As receitas foram provenientes de compensação previdenciária, rendimentos, de contribuições e, principalmente, de aporte para cobertura de insuficiência financeira. Abaixo, demonstramos quadro simplificativo da receita:

Recebimentos Extra Orçamentários	De Aporte	ATIVO		Inativo	Pensionists	Outros	Total Rebido	Percentual
		Servidor	Patronal					
ALES	21.846.343,33	-	-	-	-	-	21.846.343,33	0,91%
TCEES	25.547.169,92	-	-	-	-	-	25.547.169,92	1,06%
TJES	118.713.503,29	-	-	-	-	-	118.713.503,29	4,92%
MPES	29.945.362,84	-	-	-	-	-	29.945.362,84	1,24%
Devolução - Taxa de Administração/2015	-	-	-	-	-	15.237.202,74	15.237.202,74	0,63%
Sub Total	196.052.379,38	0,00	0,00	0,00	0,00	15.237.202,74	211.289.582,12	8,76%
<b>Recebimentos Orçamentários</b>	<b>De Aporte</b>	<b>ATIVO</b>		<b>Inativo</b>	<b>Pensionists</b>	<b>Outros</b>	<b>Total Rebido</b>	<b>Percentual</b>
ALES	-	4.671.189,31	9.342.378,62	-	-	-	14.013.567,93	0,58%
TCEES	-	4.081.752,13	8.163.504,36	-	-	-	12.245.256,49	0,51%
TJES	-	38.951.031,74	77.884.750,40	-	-	-	116.835.782,14	4,84%
MPES	-	8.425.642,37	16.533.126,37	-	-	-	24.958.768,74	1,03%
DFES	-	715.716,14	1.432.916,59	-	-	-	2.148.632,73	0,09%
FES	98.886.911,19	23.261.957,83	46.589.225,87	-	-	-	168.738.094,89	7,00%
SEDU/FUNDEB	614.764.998,41	17.748.671,25	35.522.960,61	-	-	-	668.036.630,27	27,70%
Pessoal Militar	390.152.946,69	44.834.158,78	89.683.151,11	-	-	-	524.670.256,58	21,75%
Demais Unidades Gestoras da Adm. DIRETA	395.985.535,00	25.109.662,71	50.416.662,03	-	-	-	471.511.859,74	19,55%
Unidades Gestoras da Adm. INDIRETA	71.173.882,65	8.536.955,52	15.562.481,60	-	-	-	95.273.319,77	3,95%
600210 - Fundo Financeiro	-	-	-	54.782.592,99	16.206.435,40	407,61	70.989.436,00	2,94%
(-) Dedução da Receita	-	-	-	-	-	-230.101,17	-230.101,17	-0,01%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	10.737.218,99	10.737.218,99	0,45%
Rec. de Compensação Previdenciária-INSS	-	-	-	-	-	16.096.653,63	16.096.653,63	0,67%
Demais Recebimentos	-	-	-	-	-	4.413.465,10	4.413.465,10	0,18%
Sub Total	1.570.964.273,94	176.336.737,78	351.131.157,56	54.782.592,99	16.206.435,40	31.017.644,16	2.200.438.841,83	91,24%
Total GERAL	1.767.016.653,32	176.336.737,78	351.131.157,56	54.782.592,99	16.206.435,40	46.254.846,90	2.411.728.423,95	100,00%

Obs.: R\$ 407,61 - Valor retido sobre pagamentos de sentenças judiciais, porém não está contabilizando nas contas de controle FUNPES - 794700000 - 2016NL00277.

O déficit no balanço orçamentário está relacionado a recebimentos de aporte dos Outros Poderes, via interferência financeira (extra orçamentária) à conta contábil 451320101 - Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras, e devolução de Taxa de Administração não comprometida em 2015, à conta contábil 451120300 - Sub-Repasse Recebido. Como pode ser visto no quadro acima, o Fundo Financeiro teve de disponibilidade ingressada na conta banco do exercício de 2016 o valor de **R\$ 2.411.728.423,95**.

Este recurso foi suficiente para pagar os benefícios previdenciários do Fundo e transferir a taxa de administração ao IPAJM. No quadro a seguir, detalhamos os gastos empenhados/transferidos pelo fundo em 2016:

Despesas com Benefícios Previdenciários e Outras	Inativos	Pensionistas	Desp. Exerc. Anteriores	Outras Despesas	Total	Percentual
ALES	30.757.648,64	6.198.052,12	199.578,77	-	37.155.279,53	1,59%
TCEES	32.855.688,83	6.422.318,62	405.231,76	-	39.683.239,21	1,70%
TJES	165.204.140,01	48.560.093,79	30.055.607,52	-	243.819.841,32	10,45%
MPES	38.607.899,46	18.781.768,74	370.412,43	-	57.760.080,63	2,48%
DFES	12.754.397,41	1.104.952,47	66.206,70	-	13.925.556,58	0,60%
SESA/FES	151.605.557,74	18.771.275,91	106.664,36	-	170.483.498,01	7,31%
SEDU/FUNDEB	628.194.501,31	32.504.674,67	5.015.544,82	-	665.714.720,80	28,54%
Pessoal Militar	410.386.292,32	120.310.791,28	1.732.302,52	-	532.429.386,12	22,83%
Demais Unidades Gestoras da Adm. DIRETA	321.876.422,30	157.359.537,09	1.148.036,21	-	480.383.995,60	20,60%
Unidades Gestoras da Adm. INDIRETA	81.201.625,99	7.477.277,77	1.850.262,18	-	90.529.165,94	3,88%
Setenças Judiciais	-	-	-	347.099,10	347.099,10	0,01%
<b>Subtotal</b>	<b>1.873.444.174,01</b>	<b>417.490.742,46</b>	<b>40.949.847,27</b>	<b>347.099,10</b>	<b>2.332.231.862,84</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pagamentos/Transferências Extra Orçamentários</b>						
Taxa de Administração - IPAJM	-	-	-	47.042.138,66	47.042.138,66	
<b>Total</b>	<b>1.873.444.174,01</b>	<b>417.490.742,46</b>	<b>40.949.847,27</b>	<b>47.389.237,76</b>	<b>2.379.274.001,50</b>	

Desta forma, o total de despesa no exercício foi de R\$ 2.379.274.001,50, o que representa um **resultado financeiro do Fundo Financeiro no valor de R\$ 32.454.422,45** (R\$ 2.411.728.423,95 - R\$ 2.379.274.001,50). Esse resultado está representado, principalmente, pelos valores recebidos de: rendimentos, compensação previdenciária, demais recebimentos e devolução de taxa, demonstrados no quadro da receita acima.

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e as anulações foram de ações que estavam orçadas a maior. O montante de crédito suplementar foi de R\$ 4.555.000,00, conforme Decretos nºs 1.790-S, 1.366-S e 1.051-S. Para o exercício de 2016, não foi necessário utilizar do instrumento de Crédito

Adicional Especial para alteração de orçamento e por isto o Fundo Financeiro apresentou uma **economia de despesa** no valor de **R\$ 274.604.343,16**, observamos que não está considerado o repasse relativo a taxa de administração ao IPAJM.

**UG 600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO** - Pelo Balanço Orçamentário apresentado abaixo, esta unidade gestora apresenta **SUPERÁVIT no valor de R\$ 666,7 milhões**.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO  
Acumulado até Dezembro/2016

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>672.742.750,15</b>	<b>192.738.750,15</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	314.236.000,00	314.236.000,00	347.535.112,84	33.299.112,84
RECEITA PATRIMONIAL	165.755.000,00	165.755.000,00	324.821.797,10	159.066.797,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.000,00	13.000,00	385.840,21	372.840,21
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECURSOS ARREC. EM EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal das receitas (I)</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>672.742.750,15</b>	<b>192.738.750,15</b>
<b>Refinanciamento (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>672.742.750,15</b>	<b>192.738.750,15</b>
Déficit Total (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (III+IV)</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>672.742.750,15</b>	<b>192.738.750,15</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-i)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.646.000,00</b>	<b>15.646.000,00</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>9.622.585,87</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.085.000,00	15.085.000,00	6.023.414,13	6.023.414,13	6.023.414,13	9.061.585,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	561.000,00	561.000,00	0,00	0,00	0,00	561.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	464.358.000,00	464.358.000,00	0,00	0,00	0,00	464.358.000,00
<b>Subtotal das Despesas (VI)</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>473.980.585,87</b>
AMORT. DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refin. (VIII) = (VI+VII)</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>473.980.585,87</b>
Superávit (IX)	0,00	0,00	666.719.336,02	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VIII+IX)</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>480.004.000,00</b>	<b>672.742.750,15</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>6.023.414,13</b>	<b>473.980.585,87</b>

Por ser um fundo superavitário e não apresentar informações relevantes que mereçam detalhamentos, não detalharemos a receita, apenas para informar o percentual de contribuição de cada Órgão ou UG, bem como dos valores empenhados/liquidados como benefícios previdenciários. Entretanto, destacamos o repasse relativo à taxa de administração ao IPAJM no valor de **R\$ 12.810.559,36**, transferido via interferência financeira (extra orçamentária) à conta contábil 351120300 - Sub-Repasse Concedido.

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e as anulações foram de ações que estavam orçadas a maior. O montante de crédito suplementar foi de R\$ 570.000,00, conforme Decretos nºs 806-S e 1.366-S. Para o exercício de 2016, não foi necessário utilizar do instrumento de Crédito Adicional Especial para alteração de orçamento.

### 3.2 BALANÇO FINANCEIRO

Em relação as receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras (extra orçamentário) recebidas e concedidas demonstrados no balanço financeiro, já foram explicitados detalhadamente no Balanço Orçamentário.

Os Restos a Pagar foram conferidos e representam os valores reconhecidos pela competência em Dez/2016 para pagamento no decorrer do exercício de 2017. Do valor inscrito de R\$ 3.655.192,72 (502.688,20 + 3.152.504,52) no exercício de 2016, somente a liquidação do PASEP, competência 12/2016, representa em torno 78,90 % (R\$ 2.884.104,52) do valor total. Todavia, relativo ao PASEP mensal, o empenho disponível não foi suficiente para liquidar o valor apurado no mês de 12/2016 - R\$ 3.074.896,69, tendo sido empenhado a diferença como despesas de exercícios anteriores no orçamento de 2017.

### 3.3 BALANÇO PATRIMONIAL

#### 3.3.1 Ativo Circulante

Registra as disponibilidades (caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras), os títulos negociáveis, estoques e outros créditos de **realização a curto prazo**, como adiantamento a fornecedores e empregados. Por realização em curto prazo, entende-se aquela que ocorrerá no exercício seguinte (prazo de 12 meses seguintes ao do balanço).

##### 3.3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores registrados na conta Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias em Curto Prazo, foram devidamente conciliados no exercício de 2016 e estão demonstrados conforme abaixo. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores históricos acrescidos das variações positivas e/ou diminuídos das variações negativas, reconhecidos no resultado quando incorridos até a data de 31/12/2016. No decorrer do exercício de 2016, as contas passaram por pequenos ajustes visando atender o PCASP Estendido/2017, a principal alteração ocorreu na segregação da conta contábil para evidenciar fonte de recursos do RPPS e fonte recursos de taxa de administração. Abaixo, demonstramos quadro detalhados dos em curto prazo e por Unidade Gestora:

Unidades Gestoras do RPPS	Disponibilidade de 2016 - Curto Prazo						Total por Unidade Gestora	Total de Disponibilidade de 2015	Variação %
	Da Taxa			Do RPPS					
	Conta Corrente	Aplicação	Total	Conta Corrente	Aplicação	Total			
600201 - IPAJM	0,97	8.901.520,29	8.901.521,26	-	-	-	8.901.521,26	22.911.451,69	-61,15
600210 - Fundo Financeiro	-	-	-	28.681,50	95.923.423,75	95.952.105,25	95.952.105,25	63.712.829,45	50,60
600211 - Fundo Previdenciário	-	-	-	3.974,26	35.739.554,15	35.743.528,41	35.743.528,41	450.107.642,63	-92,06
<b>Total de Disponibilidade</b>	<b>0,97</b>	<b>8.901.520,29</b>	<b>8.901.521,26</b>	<b>32.655,76</b>	<b>131.662.977,90</b>	<b>131.695.633,66</b>	<b>140.597.154,92</b>	<b>536.731.923,77</b>	<b>-73,80</b>

A redução de disponibilidade na 600201, está relacionada com o não repasse da taxa relativo a 03 meses no decorrer de 2016, por entender que os valores disponíveis em caixa/banco eram suficientes para cobrir as despesas restantes do exercício.

O aumento de disponibilidade na 600210, está relacionada, principalmente, com valores recebidos de: rendimentos, compensação previdenciária, demais recebimentos e o recebimento dentro do mês das contribuições patronais e de servidor, que seriam recebidas somente em janeiro/2017.

A redução de disponibilidade na 600211, está relacionada a transferência de valor do curto para o longo prazo. A transferência levou em consideração a intenção do gestor, já que não há previsão de resgate no curto prazo.

Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Março de 2017.

37

**3.3.1.2 Créditos de Curto Prazo**

São créditos relativos a contribuições a receber, adiantamentos a servidores, cauções e outros. Todos foram conciliados na data de 31/12/2016, os quais detalhamos por Unidade Gestora:

**600201 - IPAJM** - Composto pelas seguintes contas contábeis: **113110300** - Adiantamento de férias - **R\$ 40.846,47** - Compreende valores pagos em dezembro/2016 a servidores que irão gozar férias em janeiro/2017; **113510201** - Caução - **R\$ 97.646,76** - Aplicados em conta poupança e são valores recebidos a título de garantia para execução de determinado serviço, previsto na Lei 8.666/90; e a **113510000** - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - **R\$ 227.030,90** - Aplicados em conta poupança e estes são anteriores a 2004 e teve como finalidade criar reserva/garantia para os empréstimos mobiliários e imobiliários concedidos antes de 1997. Por meio do processo 74655828, fizemos a solicitação quanto a definição/destinação destes recursos e estamos aguardando retorno.

**600210 - Fundo Financeiro** - Composto pelas seguintes contas contábeis: **112110401** - Contribuições Sociais - **R\$ 35,54** - Registra o valor da contribuição do servidor e este saldo é proveniente de lançamento a maior ou indevido feito pela UG 450104 - CBM, a UG foi comunicada tempestivamente; **112210100** - Créditos a receber - **R\$ 886.699,26** - São valores a receber junto ao INSS relativo à compensação previdenciária, competência mês 12/2016.

**600211 - Fundo Previdenciário** - **112110401** - Contribuições Sociais - **R\$ 100,59** - Registra o valor da contribuição do servidor e este saldo é proveniente de lançamento a maior ou indevido feito pela UG 360101 - SEDURB, a UG foi comunicada tempestivamente.

**3.3.1.3 Estoques**

O valor de estoques de bens de fornecimento e almoxarifados está alocado na UG 600201 e foram avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. O valor deste está conciliado na data base 31/12/2016 e apresentou as seguintes diferenças: **R\$ 215,00** - referente a não entrega total de material de expediente adquirido por meio da NF 836, entretanto a contabilidade aplicou o princípio da competência e reconheceu a obrigação (EM LIQUIDAÇÃO) no exercício de 2016 em contrapartida com uma entrada no almoxarifado. Material entregue e liquidado a NL em janeiro/2017; **R\$ 1.030,76** - referente aquisição de combustíveis para atender carros oficiais, NF 125201, liquidado pela contabilidade conforme documento 2016NLO1443, em 29/12/2016, sem a respectiva entrada no almoxarifado. Regularização feita em janeiro/2017.

**3.3.2 Ativo Não Circulante**

Registra valores de investimentos em longo prazo e outros créditos, bem como os valores dos bens imóveis, móveis e intangíveis. Por realização de longo prazo, entende-se aquela que ocorrerá após o encerramento do exercício seguinte.

**3.3.2.1 Créditos em Longo Prazo**

São valores registrados como dívida ativa e, para melhor detalhamento, segregaremos por unidade gestora:

**600201 - IPAJM** - Conta contábil **121110501** - **R\$ 178.972,36** - Valor atualizado pela VRTE-ES de 2016 e no quadro abaixo demonstramos sua composição e a posição em 31/12/2016:

R\$ 29.799,89 ROLF RENOLDY HEIMBECK - CPF 56044623734 - Processo 19170548/67887589 - Atualizado pela VRTE de 2016 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010277-05.2003.8.08.00.24.

R\$ 35.015,38 ROSA GABRIELI MAGNAGO - CPF 1478605715 - Processo 18599206 - Atualizado pela VRTE de 2016 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010253-74.2003.8.08.0024.

R\$ 19.530,50 MARIA DAS GRACAS MOTTA FRANCISCO - CPF 81804210749 - Proc. 16045238 - Atualizado pela VRTE de 2016 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0074688-96.2003.8.08.0011.

R\$ 56.048,19 ANA LUCIA VEIGA IGREJA - CPF 74262203700 - Processo 51590450 - Atualizado pela VRTE de 2016 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0026412-14.2011.8.08.0024.

R\$ 8.487,05 AMYNTHAS VELLO SILVARES - CPF 11694777715 - Sem processo no SEP e judicial - Não atualizamos - Em 2017 estaremos autuando processo para solicitar autorização de baixa.

R\$ 29.799,89 RODOLFO RENOLVI HEIMBECK - CPF 65350553704 - Processo 19170548/67887589 - Atualizado pela VRTE de 2016 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010278-87.2003.8.08.00.24

R\$ 291,46 LEONICE LINS SOARES - CPF 32969260700 - Sem processo no SEP e judicial - Não atualizamos - Em 2017 estaremos autuando processo para solicitar autorização de baixa.

As baixas ocorridas em 2016 foram as de débitos julgados como prescritos, processo nº 68914997, conforme autorização para de baixa patrimonial baseado na Nota Técnica 002/2012, emitida pelo corpo jurídico do IPAJM. A baixa foi realizada pelo documento 2016NP00387 no valor total de R\$ 84.710,43, conforme relação abaixo (ano, cpf e valor a crédito):



## Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo

### Missão

Publicar atos dos poderes constituídos do Estado do Espírito Santo e da sociedade, exigidos por lei, para concretização da fé pública; garantir o acesso às informações de direito público, bem como produzir serviços gráficos e de editoria com qualidade e transparência.

### Visão

Ser referência na publicação de atos oficiais, indústria gráfica e de editoria.

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 2375 - Bento Ferreira - Vitória/ES - CEP: 29050-625

Telefone: 27 3636.6929 | [www.dio.es.gov.br](http://www.dio.es.gov.br)



Governo do Estado do Espírito Santo  
Detalhamento da Conta Contábil

Dados Gerais				
Unidade Gestora	600201 - IPAJM			
Conta Contábil	121110501 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			
Mês	Dezembro			
Conta Corrente	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1992. 77939387715	7,75	0,00	7,75	0,00
1995. 00789362767	77,56	0,00	77,56	0,00
1995. 02293026701	1.247,50	0,00	1.247,50	0,00
1995. 06869316708	122,36	0,00	122,36	0,00
1995. 09663207787	600,44	0,00	600,44	0,00
1995. 19030592753	239,76	0,00	239,76	0,00
1995. 19526377753	105,83	0,00	105,83	0,00
1995. 37706543749	254,88	0,00	254,88	0,00
1995. 37983890710	866,25	0,00	866,25	0,00
1995. 41681274787	387,88	0,00	387,88	0,00
1995. 47188189749	73,33	0,00	73,33	0,00
1995. 47813610725	1.050,14	0,00	1.050,14	0,00
1995. 52693473772	761,10	0,00	761,10	0,00
1995. 57532613704	279,92	0,00	279,92	0,00
1995. 57655642753	180,01	0,00	180,01	0,00
1995. 57698953734	1.257,31	0,00	1.257,31	0,00
1995. 57895830759	41,89	0,00	41,89	0,00
1995. 62329294700	324,84	0,00	324,84	0,00
1995. 71968245715	831,56	0,00	831,56	0,00
1995. 73157368753	123,60	0,00	123,60	0,00
1995. 75673142749	386,28	0,00	386,28	0,00
1995. 81777400759	139,74	0,00	139,74	0,00
1996. 00537564799	471,96	0,00	471,96	0,00
1996. 01982414707	108,62	0,00	108,62	0,00
1996. 28239660720	4.038,60	0,00	4.038,60	0,00
1996. 35362162772	1.158,05	0,00	1.158,05	0,00
1996. 42116520797	891,92	0,00	891,92	0,00
1996. 57514259791	860,34	0,00	860,34	0,00
1996. 57629714734	70,14	0,00	70,14	0,00
1996. 57962480734	1.064,35	0,00	1.064,35	0,00
1996. 69808961720	1.825,98	0,00	1.825,98	0,00
1996. 76880915787	76,35	0,00	76,35	0,00
1996. 77269128715	1.222,48	0,00	1.222,48	0,00
1996. 80389562734	315,70	0,00	315,70	0,00
1997. 07397655742	115,40	0,00	115,40	0,00
1997. 24538345687	2.920,38	0,00	2.920,38	0,00
1997. 47127180725	728,08	0,00	728,08	0,00
1997. 47209968768	1.488,17	0,00	1.488,17	0,00
1997. 48903574753	487,37	0,00	487,37	0,00
1998. 30266700730	1.430,99	0,00	1.430,99	0,00
1998. 46431268849	2.626,93	0,00	2.626,93	0,00
1998. 49340131720	1.584,49	0,00	1.584,49	0,00
1998. 68835752787	841,24	0,00	841,24	0,00
1998. 97035467734	2.677,73	0,00	2.677,73	0,00
1999. 55907288787	11.948,64	0,00	11.948,64	0,00
2000. 36444472768	821,87	0,00	821,87	0,00
2000. 45061637704	3.936,18	0,00	3.936,18	0,00
2002. 00372821740	884,39	0,00	884,39	0,00
2002. 00375650792	1.336,34	0,00	1.336,34	0,00
2002. 68212534715	2.184,96	0,00	2.184,96	0,00
2003. 57451249700	11.178,61	0,00	11.178,61	0,00
2003. 81143940725	9.300,08	0,00	9.300,08	0,00
2003. 81459866720	3.957,61	0,00	3.957,61	0,00
2003. 86280481700	1.492,98	0,00	1.492,98	0,00
2003. 99510928704	1.303,57	0,00	1.303,57	0,00
	<b>TOTAL</b>		<b>84.710,43</b>	

**600210 - Fundo Financeiro** - Conta contábil **121110501** - R\$ **15.379,60** - Valor atualizado pela VRTE-ES de 2016 e no quadro abaixo demonstramos sua composição e a posição em 31/12/2016:

R\$ 13.883,85 ANTONIO PAULO CAMPOS DUTRA - CPF 34300562768 - Processo 70447225 - Atualizado pela VRTE de 2016 - Encontra-se em execução fiscal proc. 0010284-94-2003-8-008-0024.

R\$ 1.495,75 PAULO ANTONIO MUNIZ MONTEIRO - CPF 16921771687 - Sem processo no SEP e judicial - Não atualiz. - Em 2017 estaremos autuando processo para solicitar autorização de baixa.

As baixas ocorridas em 2016 foram: Recebimento no valor total de R\$ 50.067,05, de 19320175772 - JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR, acrescidos de juros e atualização e a baixa de débitos julgados como prescritos, processo nº 68914997, conforme autorização para de baixa patrimonial baseado na Nota Técnica 002/2012, emitida pelo corpo jurídico do IPAJM. A baixa foi realizada pelo documento 2016NP00122 no valor total de R\$ 59.787,95, conforme relação abaixo (ano, cpf e valor a crédito):

Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Março de 2017.

39



Govorno do Estado do Espírito Santo  
Detalhamento da Conta Contábil

Dados Gerais					
Unidade Gestora		600210 - FUNDO FINANCEIRO			
Conta Contábil		121110501 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			
Mês		Dezembro			
Conta Corrente		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2001.	01545151750	784,63	0,00	784,63	0,00
2001.	01977050735	2.019,83	0,00	2.019,83	0,00
2001.	17431697600	7.201,67	0,00	7.201,67	0,00
2001.	17708230772	3.587,33	0,00	3.587,33	0,00
2001.	36400017704	1.279,29	0,00	1.279,29	0,00
2001.	41060997720	1.109,82	0,00	1.109,82	0,00
2001.	44437587634	618,72	0,00	618,72	0,00
2001.	49900790600	1.278,69	0,00	1.278,69	0,00
2001.	52655962753	1.000,15	0,00	1.000,15	0,00
2001.	65861337772	2.610,86	0,00	2.610,86	0,00
2001.	70519447700	763,99	0,00	763,99	0,00
2001.	76164535700	1.082,16	0,00	1.082,16	0,00
2001.	94331332772	1.453,85	0,00	1.453,85	0,00
2001.	96785896720	1.155,38	0,00	1.155,38	0,00
2002.	00984753710	2.792,39	0,00	2.792,39	0,00
2002.	47973242791	1.411,59	0,00	1.411,59	0,00
2002.	56701322620	2.246,39	0,00	2.246,39	0,00
2002.	61614998787	1.801,70	0,00	1.801,70	0,00
2002.	68159293704	1.755,65	0,00	1.755,65	0,00
2002.	71365753700	4.328,92	0,00	4.328,92	0,00
2002.	71982167734	2.383,57	0,00	2.383,57	0,00
2002.	72652861700	1.959,97	0,00	1.959,97	0,00
2002.	78062160734	4.012,72	0,00	4.012,72	0,00
2002.	79802109720	4.631,91	0,00	4.631,91	0,00
2002.	83868178791	1.409,93	0,00	1.409,93	0,00
2002.	88134091768	1.116,12	0,00	1.116,12	0,00
2002.	93021950744	3.990,72	0,00	3.990,72	0,00
		<b>TOTAL</b>			<b>59.787,95</b>

### 3.3.2.2 Investimentos e Aplicações Temporárias de Longo Prazo

São valores relativos a aplicações em fundos, títulos do tesouro, ações e outros, para melhor detalhamento segregamos por unidade gestora:

**600201 - IPAJM - Conta contábil - 121310102 - Ações - R\$ 22.719,11** - São ações de empresas do ramo de telefonia fixa, repassadas/adquiridas numa época que ao efetuar a compra de uma linha telefônica era concedido uma determinada quantidade de ações ao adquirente. Estas ações permanecem até hoje e estão atualizadas a valor de mercado, cotação Bovespa do dia 30/12/2016. No quadro apresentamos o quantitativo e valor individualizado e variação evidenciada contabilmente em relação ao saldo de 2015:

Código / Ações		Quantidade de Ações	Fechamento em 29/12/2016		Valor Aualizado
OIBR3	OI ON N1	243	R\$	2,63	R\$ 639,09
OIBR4	OI PN N1	18	R\$	2,25	R\$ 40,50
VIVT3	TELEF BRASIL ON	196	R\$	36,40	R\$ 7.134,40
VIVT4	TELEF BRASIL PN	259	R\$	44,08	R\$ 11.416,72
TIMP3	TIM PART S/A ON NW	380	R\$	7,83	R\$ 2.975,40
TELB3 ***	TELEBRAS ON	9	R\$	27,00	R\$ 243,00
TELB4	TELEBRAS PN	12	R\$	22,50	R\$ 270,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 22.719,11</b>

Fonte: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/bolsas/acoes/bvsp-bovespa>

\*\*\* A última cotação da ação TELB3 foi no dia 20/12/2016.

Por meio do processo nº 57801029, foi sugerido ao gestor a alienação dessas ações e está-se aguardando o melhor momento para efetuar a venda.

**600211 - Fundo Previdenciário - 122310100 - Aplicações de Longo Prazo - R\$ 2.473.140.053,86** - São valores aplicados com o objetivo de cobrir despesas futuras de aposentadorias e pensões.

As aplicações do Fundo Previdenciário estão todas ENQUADRADAS aos seguintes normativos: **Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações** - Esta dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece que os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência (Art. 1º) e define limitações de aplicação nos seguintes seguimentos: Renda Fixa, variável e de imóvel (Art. 2º); **Portaria MPS nº 519/2011 e alterações** - Esta dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece a comprovação de elaboração da política anual de investimentos (Art. 1º), bem como comprova junto à SPPS a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais (Art. 2º). A portaria ainda determina seguir as orientações da Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as seguintes obrigações (Art. 3º), dentre as quais destacamos:

Gestão da aplicação por entidade autorizada e credenciada, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;  
Realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente;  
Elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS.

O Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo possui um comitê de investimentos, composto por 3 (três) servidores efetivos do IPAJM, todos com Certificação Profissional ANBIMA - Série 20 (CPA-20) da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Em 2016, trabalharam com a Política Anual de Investimento - 2016, aprovada pelo Conselho de Administração do IPAJM em 22/12/2015, onde estabeleceram objetivos e restrições de investimentos, segmentos, faixa de alocações e limites.

No quadro abaixo demonstramos os seguimentos de aplicações e comparativo de percentuais aplicados "versus" permitido, saldo em 31/12/2016:

Enquadramento da Carteira				
Artigo	Valor(R\$)	% Carteira	Pública Investimento	Limite Res. 3.922/10
<b>Renda Fixa</b>				
Artigo 7º I, Alínea a	1.182.542.991,17	47,15%	47,00%	100,00%
Artigo 7º I, Alínea b	543.224.382,96	21,65%	13,00%	100,00%
Artigo 7º III, Alínea a	25.249.386,88	1,01%	1,00%	80,00%
Artigo 7º IV, Alínea a	653.002.659,97	24,93%	27,00%	30,00%
Artigo 7º VII, Alínea a	58.386.532,84	2,33%	3,00%	5,00%
Artigo 7º VII, Alínea b	0,00	0,00%	1,00%	5,00%
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>2.462.405.953,82</b>	<b>98,15%</b>		
<b>Renda Variável</b>				
Artigo 8º I	0,00	0,00%	0,00%	30,00%
Artigo 8º II	0,00	0,00%	0,00%	20,00%
Artigo 8º III	21.500.566,97	0,86%	1,00%	15,00%
Artigo 8º IV	0,00	0,00%	2,00%	5,00%
Artigo 8º V	3.645.290,76	0,15%	1,00%	5,00%
Artigo 8º VI	21.327.796,15	0,85%	1,00%	5,00%
<b>Total Renda Variável</b>	<b>46.473.653,88</b>	<b>1,88%</b>		

OBS.: A diferença encontrada entre o total dos investimentos do quadro acima, comparado ao valor no Balanço Patrimonial refere-se a inclusão das aplicações de curto prazo e de arredondamento em relação ao extrato bancário.

A gestão da Diretoria de Investimentos é pautada pelas diretrizes e/ou restrições definidas na política de investimentos e, juntamente com o Comitê, com reuniões mensais ou extraordinárias, adota uma estratégia conservadora visando a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos ativos financeiros. As aplicações ocorreram somente em produtos devidamente enquadrados na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, por meio de instituições financeiras credenciadas. Como se pode verificar no quadro acima, todos os ativos estão enquadrados aos limites estabelecidos pela Resolução, e estão aderentes aos objetivos definidos como metas de alocação na Política Anual de Investimentos, podendo variar de acordo com os cenários e as oportunidades peculiares ao mercado financeiro.

Os investimentos diretos em títulos públicos federais são realizados por intermédio da **BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A**, que presta serviços de custódia qualificada, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399, de 04/06/1990. A escolha da instituição financeira foi realizada por processo licitatório em 2015, cujo contrato foi prorrogado em 2016.

Em 2015, o IPAJM contratou licença de uso de um sistema online de controle de carteira visando a permitir melhor acompanhamento dos investimentos, que além de contribuir na emissão de relatórios que possam demonstrar as posições das carteiras em qualquer tempo e séries históricas de rendimentos, possui alimentação automática de dados e cotas de ativos, com valores de mercado, e permite o registro e controle das aplicações e resgates, com emissão do APR - Autorização de Aplicação e Resgate, conforme determina o Art. 3º, b da Portaria MPS nº 519.

O Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo ainda não possui uma consultoria especializada em avaliar o desempenho das carteiras e analisar riscos de novas aplicações, principalmente riscos de crédito e de mercado. Como forma de minimizar riscos, definiu-se na política de investimentos um critério conservador para realizar investimentos em fundos de direitos creditórios, que deve seguir uma classificação de baixo risco, estabelecido por uma das agências classificadoras de risco a seguir:

Agência Classificadora de Risco	"RATING" - Mínimo para o Longo Prazo	"RATING" - Mínimo para o Curto Prazo
Standard & Poor's	brA-	brA-3
Moody's	A3.br	BRA-3
SR Rating	brA-	srA
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)

Para o exercício de 2016, foi levado em consideração o momento político que o Brasil atravessava ao fim de 2015 e as projeções com as quais o mercado trabalhava para 2016. Assim, após análise, se manteve como objetivo a **meta de atuarial de 6%a.a.** de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA, medido pelo IBGE. No quadro a seguir, demonstra o real rendimento obtido por cada aplicação no exercício de 2016 e no total:

Classificação do Ativo	Saldo Final 2015 (R\$)	Saldo Final 2016 (R\$)	Ganho Ano (R\$)	Rentabilidade no ano (%)	Pontos acima da meta atuarial (12,67%)
<b>Renda Fixa</b>					
Artigo 7º I, Alínea a	898.864.697,93	1.182.542.991,17	172.998.684,09	17,55	4,88
Artigo 7º I, Alínea b	349.277.677,75	543.224.382,96	61.178.961,68	16,23	3,56
Artigo 7º III, Alínea a	18.402.052,72	25.249.386,88	4.847.334,16	26,26	13,59
Artigo 7º IV, Alínea a	450.101.834,70	653.002.659,97	66.631.991,51	13,95	1,28
Artigo 7º VII, Alínea a	58.609.315,17	58.386.532,84	9.972.754,17	18,6	5,93
Artigo 7º VII, Alínea b	5.183.124,00	-	453.315,29	-	-
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>1.780.438.702,27</b>	<b>2.462.405.953,82</b>	<b>316.083.040,90</b>		
<b>Renda Variável</b>					
Artigo 8º I	-	-	-	-	-
Artigo 8º II	-	-	-	-	-
Artigo 8º III	20.700.861,75	21.500.566,97	3.834.387,03	18,41	5,74
Artigo 8º IV	25.244.880,00	-	3.021.010,00	-	-
Artigo 8º V	3.495.939,32	3.645.290,76	39.830,62	-1,1	-13,77
Artigo 8º VI	18.271.128,47	21.327.796,15	5.099.541,32	29,52	16,85
<b>Total Renda Variável</b>	<b>67.712.809,54</b>	<b>46.473.653,88</b>	<b>11.915.107,73</b>		
<b>Total Geral</b>	<b>1.848.151.511,81</b>	<b>2.508.879.607,70</b>	<b>327.998.148,63</b>	<b>16,66</b>	<b>3,99</b>

Como pode ser verificado acima, o Instituto obteve rendimento acima da inflação mais a meta atuarial (6,29% x 6% = 12,67%) equivalentes a 3,99 pontos percentuais, demonstrando que a meta para o exercício de 2016 foi superada.

Conforme Resolução CMN, abaixo transcrevemos a definição da classificação do ativo:

Artigo 7º I, Alínea a - **títulos de emissão do Tesouro Nacional**, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

Artigo 7º I, Alínea b - **cotas de fundos de investimento**, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKa), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Março de 2017.

41

Artigo 7º III, Alínea a - **cotas de fundos de investimento** classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

Artigo 7º IV, Alínea a - **cotas de fundos de investimento** classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

Artigo 7º VII, Alínea a - **cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios**, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

Artigo 7º VII, Alínea b - **cotas de fundos de investimento** classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado";

Artigo 8º III - até 15% (quinze por cento) em **cotas de fundos de investimento em ações**, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

Artigo 8º IV - até 5% (cinco por cento) em **cotas de fundos de investimento classificados como multimercado**, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

Artigo 8º V - até 5% (cinco por cento) em **cotas de fundo de investimento em participações**, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

Artigo 8º VI - até 5% (cinco por cento) em **cotas de fundos de investimento imobiliário**, com cotas negociadas em bolsa de valores;

Todos os investimentos foram devidamente conciliados no exercício de 2016 e foram registradas pelos valores históricos acrescidos das variações positivas e/ou diminuídos das variações negativas reconhecidos no resultado quando incorridos até a data de 31/12/2016. Quanto à contabilização das variações positivas e negativas, realizamos pesquisas e estudos, e optamos por demonstrar a realidade dos fatos, não deixando de observar o que determina a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN nº 3.922/2010), a Portaria MPS nº 519/2011 e a Portaria MPS nº 402/2010, bem como o princípio de competência, da prudência e a convenção da consistência das informações.

As variações negativas, devem ser reconhecidas pela competência no resultado do exercício, independentemente da alienação ou resgate. Assim, passamos a adotar que as variações negativas, quando ocorrerem, não devem gerar saldo na conta de provisão de ajuste de perdas, redutora do ativo, e procedemos com a baixa do saldo existente na conta de 121319901 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo, pois não representava uma provisão e sim uma variação negativa.

Ao fim do exercício de 2016, não foi constituído provisão de ajuste de perda de investimento, tendo em vista a projeção de melhora da economia do País, conforme posição da Diretoria de Investimento do Instituto. Todavia, caso houvesse necessidade de constituir provisão para perdas, decorrentes de oscilações de mercados que poderão afetar os investimentos, este far-se-ia por **estimativa de valor baseado em parecer emitido por um profissional do mercado** e respaldada no Princípio Contábil da Prudência.

Quanto ao reconhecimento orçamentário, optamos por continuar reconhecendo a receita orçamentária do investimento mesmo antes do resgate ou alienação da aplicação e reconhecer uma anulação da receita orçamentária, quando apresentar variação negativa.

Assim, ao final do exercício de 2016 fizemos adequações a contabilização, bem como adequações, em parte, ao PCASP Estendido/2017. Entretanto, não foi seguido a classificação sugerida no PCASP para as contas de aplicação em longo prazo, pois identificamos uma classificação que agruparia o saldo numa única conta "EM ENQUADRAMENTO" e como nossas aplicações estão todas "ENQUADRADAS" à Resolução do CMN, fizemos consulta à Secretaria de Previdência sugerindo nova classificação, ao qual foi prontamente acatada. O quadro abaixo demonstra a classificação sugerida e utilizada em 31/12/2016:

<b>122310100</b>	<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - RPPS</b>	<b>2.473.140.053,86</b>
122310110	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - RENDA FIXA	1.182.542.991,17
122310113	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	617.263.106,02
122310115	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IM	25.249.386,87
122310116	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RENDA FIX	58.386.532,84
122310117	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO - RENDA FIXA	543.224.383,08
122310121	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	21.500.566,97
122310124	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - RENDA VARIÁVEL	3.645.290,76
122310125	FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - RENDA VARIÁVEL	21.327.796,15

OBS.: A diferença encontrada entre o total dos investimentos do quadro acima, comparado ao valor no Balanço Patrimonial refere-se a inclusão das aplicações de curto prazo e de arredondamento em relação ao extrato bancário.

### 3.3.2.3 Imobilizado e Intangível

No Imobilizado do RPPS está registrado os bens necessários à operação da Entidade, sendo demonstrado ao custo de aquisição, assim como para os bens intangíveis. No final de 2016, o IPAJM contratou a empresa para executar a reforma e adequação do térreo de imóvel locado para o IPAJM que servirá para alocar a perícia médica a um custo total de R\$ 154.035,61. Em 01/02/2017, a perícia médica passou a atender nas novas instalações, o custo será demonstrado na conta contábil 123210802 - Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, UG 600201, e espera-se amortizar em 36 meses, que é o tempo **estimado** de permanência no local.

Os bens móveis estão conciliados e avaliados a valor justo na data de 31/12/2016. A divergência apresentada entre o relatório de bens móveis e os registros contábeis refere-se ao processo 74940554, sendo regularizado os registros contábeis em 2017.

Quanto à depreciação dos bens móveis, conforme dispõem a IN TC nº 036, de 23/02/2016, o prazo foi prorrogado para 31/12/2016 para a devida preparação de sistemas e outras providências de implantação.

### 3.3.3 Passivo Circulante

Registram as obrigações com realização no curto prazo, todas as contas foram conciliadas em 31/12/2016 e para melhor visualização, segregamos por unidade gestora:

**600201 - IPAJM** - Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 8.856.478,60**, representados por: **R\$ 34.141,79** relacionado a prestação de serviços efetuados no mês 12/2016 pelos médicos peritos; **R\$ 22.133,15** relacionado a INSS patronal a recolher sobre serviços prestados pelos médicos peritos e folha do mês 12/2016; **R\$ 3.483.898,92** relativo ao principal do parcelamento PASEP a pagar nos 12 meses seguintes; **R\$ 1.654.438,41** relativo a estimativa de juros a pagar sobre o principal do parcelamento PASEP nos 12 meses seguintes; **R\$ 376.614,16** de fornecedores a pagar e deste montante, apenas R\$ 186,67 é relativo a exercícios anteriores não pagos por conter restrição no CNPJ; **R\$ 2.884.104,52** relativo ao PASEP Mensal, competência 12/2016; **R\$ 324.677,66** relativo a contrapartida das contas caução e depósitos diversos registrado no ATIVO devidos a terceiros; e **R\$ 76.469,99** relativos a valores diversos, como: retenção judicial, INSS retido do servido na folha do mês 12/2016, IRRF sobre folha do mês 12/2016 e retenções a recolher retido sobre serviços prestados por pessoa jurídica.

**600210 - Fundo Financeiro** - Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 4.352.655,09**, representados por: **R\$ 4.865,90** relativo a liquidação em 30/12/2016 de OPV - Obrigações de Pequeno Valor; **R\$ 31.609,35** relativo a IRRF sobre folha do mês 12/2016; **R\$ 82.194,39** relativo a devolução a ser a Prefeitura de Cariacica e da Serra por conta de recolhimento a maior de contribuição patronal e de servidor - Pessoal Cedido; e **R\$ 4.233.985,45** relativo a compensação previdenciária a pagar, estes valores são acumulados desde de junho/2015 e não foram recolhidos por que de acordo com a regra de proporcionalidade adotada pela portaria MPS nº 288, de 30/06/2015, o repasse do fluxo mensal de compensação financeira entre regimes poderá ser suspenso quando o credor deixar de decidir ou decidir processo em quantidade proporcionalmente inferior aos decididos pelo devedor.

**600211 - Fundo Previdenciário** - Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 22.906,07**, valor este a ser repassado ao Fundo Financeiro, pois a Prefeitura de Cariacica recolheu a contribuição patronal e de servidor - Pessoal Cedido - no fundo indevido.

### 3.3.4 Passivo Não Circulante

Registram as obrigações com realização no longo prazo, todas as contas foram conciliadas em 31/12/2016 e para melhor visualização, segregamos por unidade gestora:

**600201 - IPAJM** - Possui saldo total de obrigações de longo prazo no valor de **R\$ 70.155.859,25** referente ao saldo do PASEP parcelado. Em 2014, foi feito o parcelamento com base na Lei 12.810, onde permitia parcelar em até 240 parcelas com percentuais de redução de 100% para multa e 50% para juros. Em 26/07/2013, a Receita Federal do Brasil consolidou novo parcelamento em 225 parcelas no valor de R\$ 290.324,91 (Principal R\$ 248.115,97 mais Juros R\$ 42.208,94), processo 15582-720401/2013-86. Os juros mencionados foram calculados até a data de 26/07/2013 e a atualização da parcela se dá pela taxa SELIC acumulada até a data do vencimento de cada uma das parcelas vincendas.

Por existir pagamentos de parcelas de um parcelamento anterior, a Receita Federal quitou/compensou o montante aproximado de 14 parcelas do novo parcelamento. De acordo com a RFB, as parcelas amortizadas foram: parte da 1ª e da 212ª e o total da 213ª a 225ª parcelas, conforme demonstramos abaixo:

Parcelas	Valor Parcelado em 26/07/2013	Data de Pagamento	Valor Pago			Saldo do Parcelamento
			Principal	Juros	Total Pago	
1 a 27	7.838.772,57	Out/2014 a 2016	7.838.772,57	2.748.883,25	10.587.655,82	-
28 a 211	53.419.783,44				-	53.419.783,44
212	290.324,91	30/09/2014 - Comp. Parte	263.651,54	38.729,34	302.380,88	26.673,37
213 a 225	3.774.223,83	07/2013 a 09/2014	3.774.223,83	503.481,42	4.277.705,25	-
Atualização acumulada do Saldo Devedor na data de 31/12/2016, conforme extrato RFB.						22.253.497,86
Total	65.323.104,75		11.876.647,94	3.291.094,01	15.167.741,95	75.699.954,67
<b>Valores transferidos para o Curto Prazo - serão pagos em 2017</b>						
Parcelas 28 a 39						-3.483.898,92
Atualização das parcelas 28 a 39 até a data de 31/12/2016 .						-1.654.438,41
<b>Total do Longo Prazo</b>						<b>70.561.617,34</b>

Total de 225 parcelas x R\$ 290.324,91 = R\$ 65.323.104,75 - Conforme extrato do parcelamento contido no processo nº 59677449 - vol. 2, fls.: 607 a 636.

A diferença de R\$ 405.758,09 (70.561.617,34 - 70.155.859,25), refere-se ao pagamento (2016OB01791 e 2016OB001792) da parcela com vencimento em 30/12/2016 não baixada pela RFB. Regularizado em janeiro/2017.

**600210 - Fundo Financeiro** - Não há valores reconhecidos para pagamento no longo prazo, todavia as provisões matemáticas do exercício de 2016 foram **lançadas a valor presente** e de acordo com o princípio da competência. O saldo nulo apresentado é por que, além do reconhecimento da provisão com a obrigação, também é lançado o valor que o Estado irá aportar por meio da cobertura de insuficiência financeira (R\$ 66,7 bilhões), bem como os valores a serem recebidos de contribuições dos aposentados e pensionistas, ou seja, o aporte é a diferença do que Fundo Financeiro tem a pagar menos as contribuições a receber e saldo em caixa/banco.

**600211 - Fundo Previdenciário** - Possui saldo total de obrigações no valor de **R\$ 1.271.535.025,19**, este valor refere-se às provisões matemáticas do exercício de 2016 **lançadas a valor presente**, de acordo com o princípio da competência. Neste fundo não há lançamentos para cobertura de insuficiência financeira, pois existem valores aplicados, demonstrados nas aplicações financeiras de curto e longo prazo, suficientes para cobrir estas despesas provisionadas gerando um superávit técnico ao fim de 2016 no valor de R\$ 1,2 bilhões.

## Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM

VALORES DOS COMPROMISSOS DATA BASE DEZEMBRO 2016	PREVIDENCIÁRIO	FINANCEIRO
<b>ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>2.511.778.827,09</b>	<b>95.952.105,25</b>
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>122.614.228,11</b>	<b>42.903.258.036,66</b>
<b>VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>125.766.475,69</b>	<b>44.237.615.922,13</b>
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	58.873.427,19	36.236.810.818,16
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	-	-
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	-	-
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	-	-
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões por Morte	66.893.048,50	8.000.805.103,97
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	-	-
<b>VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>3.152.247,58</b>	<b>1.334.357.885,47</b>
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados	1.409.148,58	1.079.425.335,04
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas	1.743.099,00	254.932.550,43
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	-	-
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>1.148.920.797,08</b>	<b>23.964.592.189,84</b>
<b>VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>5.687.258.953,63</b>	<b>31.490.264.572,96</b>
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	5.687.258.953,63	31.490.264.572,96
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	-	-
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	-	-
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	-	-
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões por Morte de Servidores em Atividade	-	-
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões por Morte de Aposentados	-	-
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	-	-
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	-	-
<b>VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>4.538.338.156,55</b>	<b>7.525.672.383,12</b>
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	2.953.521.657,44	2.543.969.682,96
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	1.584.816.499,11	1.365.056.903,05
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados	-	-
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas	-	-
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	-	3.616.645.797,11
<b>PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:</b>		<b>66.771.898.121,25</b>
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	-	-
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	-	-
Valor Atual da Insuficiência Financeira	-	66.771.898.121,25
<b>RESULTADO ATUARIAL</b>		
Déficit Atuarial		
Equilíbrio Atuarial		-
Superávit Atuarial	1.240.243.801,90	

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda

Richard Dutzmann  
Atuário MIBA 935

### 3.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Nessa demonstração, o valor de R\$ 679 milhões apresentado no fluxo de caixa líquido das atividades das operações está relacionado, principalmente, ao superávit orçamentário apresentado pelo Fundo Previdenciário - 600211 no valor de R\$ 666 milhões, já que a despesa com folha de inativos e pensionistas no exercício foi de R\$ 6 milhões e teve de receita realizada o valor de R\$ 672 milhões, contribuindo significativamente para a geração líquida de caixa apresentada de R\$ 678 milhões.

### 3.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor lançado em Ajuste de Exercício Anteriores - R\$ 46.808.200,50 - refere-se:

**600201 - IPAJM** - O valor de **(R\$ 19.572,91)** é referente à baixa dos valores registrados como direito a receber proveniente da contabilização de receita das consignatárias na folha de magistrados do TJ na UG 600210 de janeiro/2014 a dezembro/2015. Todavia, o TJ paga esta receita para o FUNEPJ e estávamos contabilizando indevidamente como receita da 600201, que ora regularizamos; O valor de **R\$ 16.373,34** é referente ao reconhecimento da atualização pela VRTE de 2016 (2,9539) do valor registrado em dívida ativa não reconhecido tempestivamente.

**600210 - Fundo Financeiro** - Os valores de **R\$ 63.919.563,22** e **R\$ 9.082.410,55** foram em decorrência de lançamento das provisões matemáticas do fundo financeiro relativo a competência de 2015, devido a interpretação divergente da legislação em relação as exigências no Manual dos Demonstrativos Fiscais - MDF. O valor de **(R\$ 635,44)** é referente a regularização de lançamento indevido conforme 2016NS00898; O valor de **R\$ 21.035,30** refere-se ao reconhecimento de diferença de atualização conforme a Lei Complementar 282/2004, não reconhecida no documento 2015NP00133, quando reconheceu a atualização somente pela VRTE.

**600211 - Fundo Previdenciário** - O valor de **(R\$ 119.827.374,56)** foi em decorrência de lançamento das provisões matemáticas do fundo previdenciário relativo a competência de 2015, devido a interpretação divergente da legislação em relação as exigências no Manual dos Demonstrativos Fiscais - MDF.

### 3.6 NOTAS EXPLICATIVAS COMPLEMENTARES

As Políticas de Investimentos, a composição do comitê de investimentos, os Relatórios de Investimentos e Atas de Reuniões são facilmente acessadas pelo endereço: <http://ipajm.es.gov.br/>.

A partir do exercício de 2018, estaremos adequando o orçamento para que conste previsão de gasto com despesas decorrentes das aplicações financeiras do Fundo Previdenciário dentro do próprio fundo. Hoje, estes gastos são pagos com a taxa de administração o que é vedado pela PORTARIA MPS Nº 402, de 10/12/2008, Inciso II do Art. 15.

II - as despesas decorrentes de aplicações de recursos em ativos financeiros não poderão ser custeados com os recursos da Taxa de Administração, devendo ser suportadas com os próprios rendimentos das aplicações;

Para o exercício de 2017, as demonstrações contábeis passarão a evidenciar o registro patrimonial do direito a receber das contribuições patronais e de servidores, relativo ao pessoal cedido ou em mandato eletivo que estão fora da folha de pagamento do Estado (sem ônus), conforme Nota Técnica IPAJM/SCO nº 003/2017. Para o registro patrimonial dos valores em parcelamento, também passaremos a evidenciar nas demonstrações contábeis no decorrer de 2017, pois ainda dependemos de elaborar nota técnica para normatizar as contabilizações.

No orçamento de 2017 está previsto os custos iniciais para demolição, limpeza e de construção da nova sede do IPAJM no terreno pertencente ao RPPS situado na Av. Vitória.

Conforme dispõem o MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público o ativo e passivo contingente, cujo valores são incertos, devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis, por meio de notas explicativas e que para reconhecimento de uma provisão de passivo contingente, devem estar presentes os seguintes requisitos: Obrigação presente, estimativa confiável do valor e que seja provável a saída de recursos. O IPAJM possui um valor aproximado de R\$ 36 milhões, são diversos processos controlados pelo corpo jurídico deste Instituto e com base nos requisitos descritos no MCASP, resumidamente, demonstramos a situação em 31/12/2016 do passivo contingente:

Processo	Nome da Parte	RPV	Precatórios	Honorários	Obrigações	Saídas de Recursos	Estimativa do Valor
Diversos	Diversos	108.776,88	1.145.611,73	59.273,45	POSSÍVEL	PROVÁVEL	CONFIÁVEL
100050004611	ODIVAL FONSECA	-	205.751,42	-	POSSÍVEL	NÃO PROVÁVEL	CONFIÁVEL
Diversos	Diversos	70.444,52	873.733,91	62.778,13	PRESENTE	PROVÁVEL	CONFIÁVEL
Diversos	Diversos	736.840,19	31.830.025,93	936.654,75	POSSÍVEL	PROVÁVEL	NÃO CONFIÁVEL
<b>Total</b>		<b>916.061,59</b>	<b>34.055.122,99</b>	<b>1.058.706,33</b>			

Dos valores apresentados que preenchem os requisitos dispostos no MCASP para reconhecimento da provisão, serão registrados no exercício de 2017 após identificação do Fundo.

Por meio da LC nº 836, de 10/11/2016, alterou a Lei Complementar 282/2004 e, dentre as alterações, a do Artigo 50 trará impacto nas provisões matemáticas a partir de 2017, por que passou a facultar a transferência de parte da provisão matemática das aposentadorias e respectivas pensões vinculadas ao Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, por meio da utilização de seu superávit, condicionando-se: A preservação da margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento) de superávit técnico com o fito de resguardar o seu equilíbrio financeiro e atuarial; e o valor a ser utilizado para transferência fica limitado ao aprovado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Fazenda, apurado em estudo atuarial elaborado para esta finalidade.

Em janeiro/2017, com a alteração do art. 50, LC 282/2004, o Instituto promoveu o "compra de vidas" onde parte de inativos ou pensionistas, seguindo a critérios estabelecidos pela empresa de atuaria, pagos pelo Fundo Financeiro foram transferidos ao Fundo Previdenciário para serem pagos com recursos deste, isso representa um valor a mais de despesa com pessoal em torno de R\$ 6 milhões/mês. Em 2017, a empresa de atuaria fará nova provisão matemática a fim de verificar o comportamento no longo prazo, bem como as condicionantes descritas no art. 50 da LC 282/2004.

Em, 23 de março de 2017.

**ANCKIMAR PRATISSOLLI**  
Presidente do Executivo

**PAULO RENATO DA CUNHA PEREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro

**SUSANA GONÇALVES DE SOUZA JOSÉ GUERRA**  
Gerente de Finanças

**JEFFERSON VIEIRA RODRIGUES**  
Contador - CR-ES nº 013762/O-9

### PARECER DO CONSELHO FISCAL - CONTAS 2016

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 67 da Lei Complementar nº 282, de 22 abril de 2004, após examinarem as Contas do Ordenador de Despesas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 são de parecer que as informações constantes das peças examinadas representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, devendo ser submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Nota: o relatório da análise está disponível no endereço: <http://www.ipajm.es.gov.br>

Vitória - ES, 15 de março de 2017.

**MARIA IVONETE BEZERRA DE SÁ THIEBAUT**  
Presidente do Conselho Fiscal

**PREDRO SANTA ANNA ROSA**  
Representante do Poder Executivo

**HUMBERTO MILEIP D. MACHADO**  
Representante dos Segurados Ativos Civis

**MARLY MARTHA DEPRÁ BITTENCOURT**  
Representante do Poder Legislativo

**ROGÉRIO FERNANDES LIMA**  
Representante dos Segurados Ativos Militares

**FÁBIO CARDOSO MELLO**  
Representante do Poder Judiciário

**JOSÉ ANTONIO NAMEN CHALHUB**  
Representante dos Segurados Inativos

**Protocolo 302539**